

CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 29.959.459/0001-07

Demonstrações Financeiras Individuais - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada na forma da legislação societária brasileira e das normas expedidas pelo CNSP e pela SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos atuários independentes. **Mensagem da Administração:** A CESCEBRASIL pretende manter-se como referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um mercado com enorme potencial de crescimento, principalmente no ramo de Seguro de Crédito, a Companhia segue inovando com produtos diferenciados do restante do mercado, os mesmos que também comercializa nos mercados da Europa e da América Latina e que tem demonstrado grande interesse por parte das empresas brasileiras e dos corretores. Com a instabilidade política dos últimos anos que levou a uma enorme crise econômica, o seguro de crédito passa a ter grande relevância para os empresários, por se tratar de uma ferramenta importante de gestão e cobertura dos riscos de crédito, ajudando a eliminar os desequilíbrios causados pela crise. **Cenário econômico e operacional:** Apesar do cenário

econômico desfavorável e o País encerrar 2018 com uma inflação de 3,75% a.a. (2,95% a.a. em 2017), a recessão continua impactando a economia, a mudança de governo traz expectativas positivas e sinais de melhoria, o PIB registrou pequeno aumento nos últimos 2 anos, após quedas significativas em 2015 e 2016. O ano de 2018 ainda não apresentou sinais de melhora, após um início de ano bastante fraco e grande impacto pela paralisação dos caminhoneiros. Mesmo com esse cenário recessivo, a Companhia acredita que o mercado de seguro de crédito ainda apresenta baixa contratação em relação ao número de empresas existentes no país e também em relação a outros países onde esse produto já é comercializado há mais tempo, como, por exemplo, o mercado europeu. Assim, apesar da situação econômica desfavorável, e como o produto é uma ferramenta para ajudar na gestão da carteira de crédito das empresas, acreditamos que exista um vasto mercado a ser explorado. **Desempenho financeiro e operacional:** Apesar do crescimento nos prêmios emitidos de 35% em relação ao ano anterior, a Companhia encerrou o exercício de 2018 com um prejuízo de R\$ 1.092 mil, porém com um desempenho melhor que o ano anterior que foi de R\$ 2.435 mil. Os investimentos estão sendo realizados dentro da política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração e pela matriz espanhola,

sendo que a capacidade financeira está condizente com as normas legais e regulamentares previstas pela SUSEP. Devido aos resultados alcançados a Companhia teve insuficiência nos cálculos do Patrimônio Líquido Ajustado no encerramento do exercício, contudo já está realizando todas as ações necessárias para a regularização para atender todas as normas vigentes. Os detalhes estão apresentados nesta demonstração financeira e nota explicativa 21. A melhoria constante na nossa estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de *compliance* tornam nosso processo operacional eficaz e eficiente. **Governança Corporativa:** A instância máxima de governança na Seguradora é o **Conselho de Administração**, que representa os controladores e determina as diretrizes estratégicas e as orientações principais para a atuação comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL que são executadas pela Diretoria local. Dessa maneira, a condução das atividades operacionais tem uma gestão mais participativa entre a Diretoria, conselho e os respectivos gestores. Por fim, nossos agradecimentos às autoridades do mercado segurador e aos clientes, corretores, funcionários e colaboradores.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

Balancos patrimoniais			Nota	2018	2017
Ativo/Circulante				153.281	149.207
Disponível				1.560	1.597
Caixa e bancos	6			1.560	1.597
Aplicações				7 93.642	85.992
Créditos das operações com seguros e resseguros				29.635	27.352
Prêmios a receber	8			25.674	20.752
Operações com resseguradoras	8			3.961	6.600
Outros créditos operacionais				94	399
Ativos de resseguro - Provisões técnicas				9 24.643	30.740
Títulos e créditos a receber				276	278
Títulos e créditos a receber				-	-
Créditos tributários e previdenciários				-	50
Depósitos judiciais e fiscais				-	9
Outros créditos				276	219
Custos de aquisição diferidos				11 3.431	2.849
Ativo não circulante				36.273	15.740
Créditos das operações com seguros e resseguros				13.528	2.437
Prêmios a receber	8			12.203	2.437
Operações com resseguradoras	8			1.325	-
Ativos de resseguro - Provisões técnicas				9 14.268	6.848
Custo de aquisição diferidos				11 2.198	1.185
Investimentos				12 5.667	4.627
Participações societárias - não financeiras				5.663	4.623
Outros investimentos				4	4
Imobilizado				13 475	757
Bens móveis				385	556
Outras imobilizações				90	201
Intangível				14 137	250
Outros intangíveis				137	250
Total do ativo				189.554	164.947

Balancos patrimoniais			Nota	2018	2017
Passivo/Circulante				130.337	130.961
Contas a pagar				4.759	4.777
Obrigações a pagar	15			3.299	3.339
Impostos e encargos sociais a recolher				782	848
Encargos trabalhistas				581	552
Impostos e contribuições	16			97	38
Débitos das operações com seguros e resseguros				17.782	21.387
Prêmios a restituir				7	47
Operações com seguradoras				390	-
Operações com resseguradoras	8			14.477	18.171
Corretores de seguros e resseguros	17			2.744	2.741
Outros débitos operacionais				164	428
Depósito de terceiros				18 48	383
Depósito de terceiros				48	383
Provisões técnicas - seguros - danos				19 107.748	104.414
Passivo não circulante				38.930	12.607
Débitos das operações com seguros e resseguros				15.289	756
Operações com resseguradoras	8			14.444	731
Corretores de seguros e resseguros	17			845	25
Provisões técnicas - seguros - danos				19 22.174	10.026
Outros débitos				20 1.467	1.825
Provisões trabalhistas				-	330
Provisões civis				1.147	1.122
Outras provisões				320	373
Patrimônio líquido				21 20.287	21.379
Capital social				78.759	78.759
Prejuízos acumulados				(58.472)	(57.380)
Total do passivo e do patrimônio líquido				189.554	164.947

prêmios a receber de segurados, são classificados nesta categoria. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide nota 3.2 (d)). **b. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **c. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela ANBIMA. Os títulos de renda fixa privados tiveram seus valores justos apurados da seguinte forma: (i) CDB pré-fixados - o valor justo é calculado considerando o valor presente com base nas taxas de juros dos contratos de DI futuro da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. **d. Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Seguradora avalia mensalmente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*. A redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber é mensurada a partir de estudo interno baseado em dados históricos, que representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas. O estudo determina um percentual médio de perdas históricas efetivas que é aplicado sobre as parcelas em atraso de prêmios a receber. Para as operações a recuperar com resseguradores, a Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com o estabelecido na Circular 517/15 e alterações posteriores. **e. Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c. Investimentos:** Os investimentos em participações societárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **d. Ativos intangíveis: Softwares e licenças de uso:** Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando elegíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear pelas taxas de amortização indicadas na respectiva nota constante deste demonstrativo. **e. Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear pelas taxas de depreciação indicadas na respectiva nota constante deste demonstrativo. **f. Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **g. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e metodologias são documentados em NTA, descritas a seguir: (i) A PPNG é constituída pelas parcelas de riscos assumidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados e calculada pelo método "pro rata die" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceitos, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. (ii) A PPNG-RVNE é atualmente constituída a partir da aplicação da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, para os ramos de crédito (interno e externo) e garantia (setor público e privado). A metodologia aplicada considera uma análise histórica, onde os valores de prêmios emitidos em atraso são alocados segundo o início de vigência do risco e, posteriormente, é recalculada a PPNG, considerando os riscos já emitidos e os riscos emitidos em atraso, e comparada com a PPNG contábil, obtendo-se, assim, um fator de ajuste para cada mês avaliado. Por fim, os percentuais de atraso verificados em cada mês irão acarretar em um percentual médio de atraso, o qual será aplicado mensalmente sobre a PPNG contabilizada para se determinar a PPNG-RVNE. (iii) A Provisão de Sinistros a

A Administração			
Demonstrações dos resultados	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	22.1	75.996	56.442
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios			58
(=) Prêmios ganhos	22.2	58.810	56.500
(+) Receitas com emissão de apólices - DPVAT		1.963	1.850
(-) Sinistros ocorridos	22.3	(27.351)	(31.396)
(-) Custos de aquisição	22.4	(5.620)	(4.941)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	22.5	(3.462)	(4.219)
(+) Resultado com resseguro		(12.035)	(8.874)
(+) Receita com resseguro	22.6	15.181	14.694
(-) Despesa com resseguro	22.7	(25.588)	(22.296)
(+/-) Outros resultados com resseguro	22.8	(1.628)	(1.272)
(-) Despesas administrativas	22.9	(14.894)	(13.855)
(-) Despesas com tributos	22.10	(1.979)	(1.179)
(-) Resultado financeiro	22.11	2.179	2.549
(-) Resultado patrimonial	22.12	1.463	1.292
(=) Resultado operacional		(926)	(2.273)
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes		-	20
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(926)	(2.253)
(-) IR	23	-	-
(-) CS	23	-	-
(-) Participações sobre o lucro		(166)	(182)
(=) Prejuízo do exercício		(1.092)	(2.435)
(/) Quantidade de ações		190.697.468	190.697.468
(=) Prejuízo por ação		(0,01)	(0,01)
Demonstrações dos resultados abrangentes		2018	2017
Prejuízo do exercício		(1.092)	(2.435)
Resultados abrangentes		(1.092)	(2.435)
Total dos resultados abrangentes - atribuível aos acionistas controladores		(1.092)	(2.435)
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 01/01/2017	78.759	(54.945)	23.814
Prejuízo do exercício	-	(2.435)	(2.435)
Em 31/12/2017	78.759	(57.380)	21.379
Prejuízo do exercício	-	(1.092)	(1.092)
Em 31/12/2018	78.759	(58.472)	20.287

Demonstração dos fluxos de caixa			
	2018	2017	
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(1.092)	(2.435)	
Ajustes para:			5.390 (1.890)
Depreciação de ativos imobilizados	424	339	
Amortização de ativos intangíveis	126	158	
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	(20)	
Resultado de equivalência patrimonial	(1.321)	(1.285)	
Redução ao valor recuperável	(12)	(189)	
Variação do Custo de aquisição diferidos	(1.602)	17	
Variação dos Ativos de resseguro	(8.656)	1.060	
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros	16.431	(1.970)	
Variação das contas patrimoniais: Ativos financeiros	(7.651)	2.954	
Créditos das operações de seguros e resseguros	(13.362)	(366)	
Ativos de resseguro	6.970	7.361	
Créditos tributários e previdenciários	50	90	
Depósitos judiciais e fiscais	9	139	
Custos de aquisição diferidos	7	(16)	
Outros créditos operacionais	305	413	
Contas a pagar	(40)	(213)	
Impostos e contribuições	59	(791)	
Outras - contas a pagar	(38)	107	
Débitos de operações com seguros e resseguros	10.927	953	
Depósitos de terceiros	(335)	(134)	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(948)	(5.873)	
Provisões judiciais	(357)	(933)	
Outros Passivos	93	90	
Caixa líquido consumido pelas operações	(13)	(544)	
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(13)	(544)	
Atividades de investimento			
Pagamentos pela compra: Imobilizado	(153)	(106)	
Intangível	(13)	(94)	
Recebimentos pela venda: Imobilizado	-	32	
Recebimento de dividendos - DPVAT	142	7	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(24)	(161)	
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(37)	(705)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.597	2.302	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.560	1.597	

Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, bruto de recuperações e líquida de cosseguros cedidos, determinada com base nas notificações de sinistros avisados. (iv) A provisão de IBNR tem por finalidade estimar o valor dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, considerando as indenizações, de acordo com a responsabilidade da seguradora. Em atendimento aos normativos vigentes, a sociedade seguradora possui uma metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, baseada fundamentalmente na construção dos triângulos de *run-off*, a qual é aplicada somente ao ramo crédito interno (748). Para os demais ramos operados pela seguradora, a provisão de IBNR é atualmente obtida através dos resultados médios observados nos testes de consistência da provisão. Cabe destacar que é realizado monitoramento trimestral da evolução da provisão e, caso constatada alguma inadequação, tomará as devidas providências para corrigir o valor constituído, utilizando-se do critério técnico que julgar mais adequados. (v) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já incorridos, considerando as despesas alocáveis (ALAE) e não alocáveis (ULAE). (vi) Os custos de aquisição (CAD) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. **g.1 Teste de adequação dos passivos:** Conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalculá-lo resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/2015, ou **continua** ☆

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais

1. Contexto operacional: A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito - CIAC (sediado em Madri, Espanha), cujo o principal acionista é o Estado Espanhol, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 111, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP. O Grupo CESCE é especializado na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o Estado Espanhol, tendo ainda participação acionária dos principais bancos e empresas Seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguro às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC, quando aprovado e na forma referendada pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 26. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 04/02/2019 e aprovada pelo Conselho de Administração na mesma data. **a. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. o fato da insuficiência de PLA detalhada na nota explicativa 21.c não impacta na continuidade das operações da Companhia. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada na data de transação. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa (disponível):** A Seguradora considera como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades, que compreendem o caixa, as contas correntes em bancos e outros ativos de curto prazo (vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado. **b. Instrumentos financeiros:** As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações e normas específicas do CMN. **a. Classificação:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. (i) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. (ii) *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período. (iii) *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado

☆ **continuação** seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de Danos, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2018, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31/12/2018 foram, em média, de 75%, para o ramo 748, e de 5%, para os demais ramos de Danos operacionais pela seguradora. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da **Cescebrasil Seguros de Garantias e Crédito S.A.** realizado para a data-base de 31/12/2018, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. **h. Contas a pagar:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor de custo e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação. **i. Benefícios a empregados:** A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, acordado com os funcionários e outros beneficiários de curto prazo, conforme nota 24. **j. IR e CS corrente e diferido:** O IR é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a CS sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável conforme Lei nº 13.169/2015. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. A despesa de IR e CS inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e CS, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de IR e CS diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a IR e CS lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de IR e CS diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Em função da Seguradora ter apurado prejuízos fiscais em, pelo menos, 3 dos últimos 5 exercícios, não foram constituídos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações (para maiores detalhes vide nota explicativa 23). **k. Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão, de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos externos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de adequado controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **l. Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: (a) os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional ao prazo de vigência do risco; (b) As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. (c) As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. (d) As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. (e) A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação no Consórcio DPVAT. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/15. (f) A participação dos funcionários no resultado é apurada com base no descrito em acordo sindical coletivo. **m. Resseguro:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguro são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, sendo seu reconhecimento inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores; e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil; • Notas 2 f - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 7 - Aplicações financeiras; • Nota 3.4 e a 14 - Ativo intangível; • Notas 3.7 e 19 - Provisões técnicas; e • Notas 3.11 e 20 - Provisões judiciais. **5. Gerenciamento de riscos: a. Resumo da estrutura de gerenciamento de risco:** A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados. A Seguradora mantém em sua estrutura um Comitê de Gerenciamento de Risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria da Seguradora assim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios. **b. Risco de seguro:** Os fatores que agravam o risco de seguro incluem a habilidade de diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria. A Seguradora possui diversos mecanismos que tem como principal objetivo a

minimização do risco de seguro ou redução de custos operacionais na liquidação de sinistros ou pagamento de benefícios aos segurados. • **Segmento de seguros de garantias** - o seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixada na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, adiantamentos, inexecução dentro do prazo acordado, fornecimento e prestação de serviços, até o valor da garantia fixado na apólice. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro, os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 8º da Lei nº 8.666/93. A avaliação dos riscos no seguro garantia consiste na avaliação do tomador, exigindo que esse não apresente problemas financeiros no presente e no futuro para cumprir com suas obrigações de execução ou pagamento. Em todas as avaliações são observadas capacidade patrimonial e de geração de lucros a liquidez e solvência dos tomadores. A avaliação é realizada com base nos dados mantidos pela Seguradora os quais foram obtidos através de diferentes fontes de informações, tais como agências de informações, bancos, câmaras de comércio, informações gerais do mercado, etc. • **Segmento de seguros de crédito** - a gestão dos limites de crédito concedidos é realizada através da análise das informações constantes em base de dados e informações da Seguradora, sendo que os principais focos da avaliação são: liquidez, solvência, moralidade e capacidade de geração de resultado. As informações são obtidas através de agências de informações, câmaras de comércio e informações gerais, sendo que a Seguradora monitora a posição desses devedores e tomadores periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira atualizada está adequada para a manutenção dos limites concedidos. A capacidade financeira dos tomadores é reavaliada periodicamente, a fim de verificar se sua posição financeira não se deteriorou de forma significativa desde a emissão dos limites de créditos vigentes. A concentração da produção da Companhia para os produtos de seguro garantias e créditos estão distribuídos por região da seguinte forma:

Produto	2018			
	Região			
	Nordeste	Sudeste	Sul	Total geral
Crédito à exportação	267	7.463	1.721	9.451
Crédito interno	307	19.996	3.171	23.474
Garantia de obrigações privadas	-	1.939	18	1.957
Garantia de obrigações públicas	8	23.835	344	24.187
Total geral	582	53.233	5.254	59.069

Premissas Atuariais

Aumento de 5,0% na Provisão de IBNR ⁽¹⁾ 180 105 (75) (75) (60) (60)
 Redução de 5,0% na Provisão de IBNR ⁽²⁾ (180) (105) 75 75 (202) (142) 60 60
 Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽³⁾ 57 37 (20) (20) 95 78 (17) (17)
 Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽⁴⁾ (57) (37) 20 20 (95) (78) 17 17
 Observações: ⁽¹⁾ Aumentando em 5,0 pontos percentuais à taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas. ⁽²⁾ Reduzindo em 5,0 pontos percentuais à taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas. ⁽³⁾ Aumento de 0,5 ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PSL declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis. ⁽⁴⁾ Redução de 0,5 ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PSL declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis. ⁽⁵⁾ Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado. ⁽⁶⁾ Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado. ⁽⁷⁾ Valores obtidos após a dedução do IR e CS. **b. Riscos financeiros:** Os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de gestão de ativos e passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos a do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são:

Títulos de renda fixa e quotas de fundos

Aplicações	Descrição	2018		
		Saldo contábil	Impacto antes dos impostos	Novo resultado
Aplicações Financeiras	Aumento de taxa de juros 1,50%	93.642	-	1.405 95.047
Aplicações Financeiras	Redução de taxa de juros 1,50%	93.642	(1.405)	92.237
2017				
		Saldo contábil	Impacto antes dos impostos	Novo resultado
Aplicações Financeiras	Aumento de taxa de juros 1,50%	85.992	-	1.290 87.282
Aplicações Financeiras	Redução de taxa de juros 1,50%	85.992	(1.290)	84.702

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. As tabelas a seguir demonstradas no risco de

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31/12/2018:

Soberano	AAA			AA+/AA/AA-			A+/A/A-			Sem rating	Valor de Mercado
	A+	Aa1/Aa2/Aa3	Aa+/Aa/Aa-	A+/A/A-	A/A/A-	A/A/A-					
Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	
Bancos	-	1.551	-	-	-	-	-	-	-	1.551	
Empréstimos e recebíveis - prêmios a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	37.877	37.877	
Operações com resseguradoras	-	-	959	-	-	-	-	-	4.327	5.286	
Valor justo por meio do resultado	26.971	-	1.115	-	-	-	-	-	65.556	93.642	
Públicos	26.971	-	-	-	-	-	-	-	-	26.971	
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.971	
Privados	-	-	1.115	-	-	-	-	-	65.556	66.671	
Letras financeiras - Banco Votorantim	-	-	154	-	-	-	-	-	-	154	
Letras financeiras - Bradesco	-	-	635	-	-	-	-	-	-	635	
Letras financeiras - Daycoval	-	-	152	-	-	-	-	-	-	152	
Letras financeiras - Safra	-	-	174	-	-	-	-	-	-	174	
Participação convênio DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	300	300	
Quotas de fundos de investimentos (DPVAT)	-	-	-	-	-	-	-	-	65.256	65.256	
Exposição máxima ao risco de crédito	26.971	1.551	2.074	-	-	-	-	-	104.023	134.619	

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31/12/2017:

Soberano	AAA			AA+/AA/AA-			A+/A/A-			Sem rating	Valor de Mercado
	A+	Aa1/Aa2/Aa3	Aa+/Aa/Aa-	A+/A/A-	A/A/A-	A/A/A-					
Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	
Bancos	-	1.587	-	-	-	-	-	-	-	1.587	
Empréstimos e recebíveis - prêmios a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	23.189	23.189	
Operações com resseguradoras	-	-	1.414	-	-	-	-	-	5.185	6.600	
Valor justo por meio do resultado	24.378	1.807	514	-	-	-	-	-	59.293	85.992	
Públicos	24.378	-	-	-	-	-	-	-	-	24.378	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.378	
Privados	-	1.807	514	-	-	-	-	-	59.293	61.614	
Letras financeiras - Citibank	-	-	182	-	-	-	-	-	-	182	
Letras financeiras - Bradesco	-	-	1.807	-	-	-	-	-	-	1.807	
Letras financeiras - Toyota	-	-	169	-	-	-	-	-	-	169	
Letras financeiras - Safra	-	-	163	-	-	-	-	-	-	163	
Quotas de fundos de investimentos (DPVAT)	-	-	-	-	-	-	-	-	59.293	59.293	
Exposição máxima ao risco de crédito	24.378	3.394	1.928	-	-	-	-	-	87.677	117.378	

A Administração classificou os títulos públicos como soberanos uma vez que a contraparte é o governo federal. **f. Risco de capital:** No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP adotou normas e regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das seguradoras. O capital adicional para risco de subscrição, de crédito e operacional, é calculado conforme definido em normas e legislações vigentes, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados.

Prêmio emitido direto

Produto	2017			
	Região			
	Nordeste	Sudeste	Sul	Total geral
Crédito à Exportação	89	2.346	875	3.310
Crédito Interno	502	20.104	2.041	22.647
Garantia de Obrigações Privadas	(16)	1.760	(72)	1.672
Garantia de Obrigações Públicas	(4)	7.688	244	7.928
Total geral	571	31.898	3.088	35.557

Prêmio resseguro emitido

Produto	2018			
	Região			
	Nordeste	Sudeste	Sul	Total geral
Crédito à Exportação	(114)	(3.402)	(727)	(4.243)
Crédito Interno	(105)	(9.175)	(1.157)	(10.437)
Garantia de Obrigações Privadas	-	-	(6)	(1.026)
Garantia de Obrigações Públicas	(3)	(15.263)	(185)	(15.451)
Total geral	(222)	(28.860)	(2.075)	(31.157)

Prêmio resseguro emitido

Produto	2017			
	Região			
	Nordeste	Sudeste	Sul	Total geral
Crédito à Exportação	(37)	(1.215)	(385)	(1.637)
Crédito Interno	(216)	(10.271)	(744)	(11.231)
Garantia de Obrigações Privadas	8	(837)	69	(760)
Garantia de Obrigações Públicas	3	(4.736)	(128)	(4.861)
Total geral	(242)	(17.059)	(1.188)	(18.489)

a. Análise de sensibilidade: Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela seguradora. Isto posto, acrescenta-se que o Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A., na data-base de 31/12/2018, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionais da Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

Impacto causado no:

Passivo ⁽⁵⁾	Data-Base: 31/12/2018				Passivo ⁽⁵⁾	Data-Base: 31/12/2017			
	Ativo ⁽⁶⁾	PLA	Resultado ⁽⁷⁾	Resultado ⁽⁷⁾		Ativo ⁽⁶⁾	PLA	Resultado ⁽⁷⁾	Resultado ⁽⁷⁾
180	105	(75)	(75)	202	142	(60)	(60)		
(180)	(105)	75	75	(202)	(142)	60	60		
57	37	(20)	(20)	95	78	(17)	(17)		
(57)	(37)	20	20	(95)	(78)	17	17		

mercado apresentaram todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora classificados mensurados ao justo valor. **c. Risco de mercado:** (i) *Taxa de juros:* Risco de taxa de juros é o risco de mercado ao qual a Companhia está mais exposta. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexados à variação da SELIC e do CDI. (ii) *hierarquia do valor justo compreende:* • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

DPVAT	2018		2017	
	Nível I	Valor de mercado	Nível I	Valor de mercado
DPVAT	- 65.256	65.256	- 59.293	59.293
LFTs	26.971	- 26.971	24.378	- 24.378
LFs	- 1.115	1.115	- 2.321	2.321
Participação convênio DPVAT	- 300	300	-	-
Total	26.971	66.671	93.642	24.378

d. Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Seguradora não possui limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. **e. Risco de crédito:** Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de agências classificadoras de risco. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. Para os empréstimos e recebíveis a seguradora adota o critério estabelecido pela circular SUSEP nº 517/15 e alterações, para constituição da provisão para redução ao valor recuperável de ativos. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco, disponibilizado de forma consolidada pela BRAM (Bradesco Asset Management).

—☆ continuação

7. Aplicações financeiras: a. Aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento: A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma:

2018	Sem Vencimento	De 1 a 60 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de custo atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	65.556	174			27.912	93.642	93.641	93.642	100
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	—	—	—	—	26.971	26.971	26.971	26.971	29
Participação convênio DPVAT	300	—	—	—	—	300	300	300	0
Quotas e fundos de investimentos (DPVAT)	65.256	—	—	—	—	65.256	65.256	65.256	70
Letra Financeira Pós (LF)	—	174	—	—	941	1.115	1.114	1.115	1
Total	65.556	174			27.912	93.642	93.641	93.642	100

2017	Sem Vencimento	De 1 a 60 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de custo atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	59.293	826	182	18.714	6.977	85.992	85.988	85.992	100
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	—	826	—	16.738	6.814	24.378	24.378	24.378	28
Quotas e fundos de investimentos (DPVAT)	59.293	—	—	—	—	59.293	59.293	59.293	69
Letras Financeiras Pós (LF)	—	—	182	1.976	163	2.321	2.317	2.321	3
Total	59.293	826	182	18.714	6.977	85.992	85.988	85.992	100

As taxas de juros contratadas para as aplicações da carteira são:

Aplicações	Indexador	Taxas de juros média da carteira
Letras financeiras (LFs)	CDI	7,35%
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	SELIC	6,50%

b. As movimentações das aplicações no período estão demonstradas abaixo:

	2017	2018	2017	2018
Títulos de renda fixa	26.699	31.785	(32.127)	1.729
Participação convênio DPVAT	—	300	—	300
Quotas de fundo de investimentos	59.293	6.416	(4.536)	4.083
Total das aplicações financeiras	85.992	38.501	(36.663)	5.812

c. Ativos em cobertura de provisões técnicas:

	2018	2017
Títulos de renda fixa privados	1.115	2.321
Títulos de renda fixa públicos	26.971	24.378
Total dos ativos em cobertura	28.086	26.699

Total dos ativos em cobertura

	2018	2017
Provisões técnicas - seguros	129.922	114.440
(-) Comissões diferidas diretas - pagas	(1.904)	(1.716)
(-) Ativos de resseguros - PPNG	(9.532)	(7.109)
(-) Ativos de resseguros - IBNR	(2.095)	(2.836)
(-) Ativos de resseguros - PSL	(7.434)	(15.541)
(-) Ativos de resseguros - PDR	(352)	(16)
(-) Provisões técnicas - seguros DPVAT	(65.210)	(59.214)
(-) Direitos creditórios	(18.161)	(8.824)
Total a ser coberto	25.234	19.184

8. Operações de seguros e resseguros: a. Prêmios a Receber:

	2018	2017
Período Médio de Parcelamento (Meses)	2	2
Redução ao Valor Recuperável	596	—
Prêmios a Receber	18.980	18.970
Prêmios Líquidos	18.970	18.970

Movimentação dos Prêmios a Receber

	2018	2017
Saldo Inicial em 01/01/2018	23.419	24.354
(+) Prêmios Emitidos	70.429	50.969
(-) Prêmios Cancelados	(6.312)	(9.721)
(-) Recebimentos	(48.050)	(38.692)
(+) RVNE	(1.815)	(3.481)
(-) Oscilação Cambial	488	(10)
Saldo em 31/12/2018	38.159	23.189

Prêmios a Receber

	2018	2017
01 a 60 dias	16.802	17.147
61 a 120 dias	1.647	1.708
121 a 180 dias	1.609	1.617
181 a 365 dias	5.283	5.450
Superior a 365 dias	12.202	12.237
Total	37.543	38.159

Operações com resseguradoras: Operações ativas: As operações ativas com resseguradoras estão representadas por:

Descrição	2018	2017
Sinistros Pagos	2.788	5.279
Participação nos lucros (*)	2.530	1.377
Outros créditos - conta-corrente	6	—
Redução ao valor recuperável	(38)	(56)
Total	5.286	6.600

10. Depósitos judiciais e fiscais:

	2018	2017
Depósito judicial trabalhista	—	9
Total	—	9

11. Custos de aquisição diferidos:

	2018	2017
Redução ao valor recuperável	(38)	(56)
Total	5.286	6.600

12. Investimentos:

	2018	2017
Resseguradora local	26.216	15.243
Resseguradora admitida	2.689	3.653
Resseguradora eventual	16	6
Total	28.921	18.902

13. Imobilizado:

	2018	2017
Equipamentos	1.123	13
Instalações	279	43
Móveis, Máquinas e Utensílios	430	11
Veículos	146	1
Benfeitoria em Imóvel de Terceiros	785	85
Total	2.763	153

9. Ativos de resseguros - provisões técnicas: a. Ativos de seguros e resseguros:

	2018	2017
Sinistros pendentes de pagamento	1.054	—
IBNR sinistros e não avisados	—	13
Prêmio de resseguro diferido	19.839	1.109
Provisão de despesas relacionadas	122	28
Total	20.932	20.030

14. Intangível:

	2018	2017
Amortização - Direito de uso	(504)	(126)
Amortização - Desenvolvimento de Programas	(234)	—
Total	(738)	(126)

15. Obrigações a pagar:

	2018	2017
Forneecedores	347	476
Participação nos lucros a pagar	255	294
Serviços de terceiros	2.697	2.569
Total	3.299	3.339

16. Impostos e contribuições a pagar:

	2018	2017
PIS e COFINS	97	38
Total	97	38

17. Corretores de seguros e resseguros:

	2018	2017
Comissões sobre prêmios emitidos - direto	3.589	2.766
Total	3.589	2.766

18. Depósitos de terceiros:

	2018	2017
Prêmios e Emolumentos Recebidos	48	48
Total	48	48

19. Provisões técnicas:

	2018	2017
Prêmios não ganhos	2.696	—
Sinistros a liquidar - administrativos	—	192
Sinistros a liquidar - judiciais	30.533	166
Concessões públicas	—	35
Crédito interno	11.169	15
Crédito à exportação	4.921	2
DPVAT	(7.060)	—
Total	49.319	410

20. Provisões de prêmios não ganhos:

	2018	2017
Garantia de operações privadas	1.949	1.312
Garantia de operações públicas	30.272	19.838
Crédito interno	6.671	5.326
Crédito à exportação	3.214	2.554
Total	42.107	29.030

21. Provisões de despesas relacionadas:

	2018	2017
Garantia de operações privadas	1.663	1.109
Garantia de operações públicas	14.051	9.401
Crédito interno	8.649	7.002
Crédito à exportação	1.656	1.319
Total	26.019	18.831

22. Outras provisões:

	2018	2017
Provisão de despesas relacionadas	19	640
Outras provisões	331	411
Total	350	1.051

23. Movimentação:

	2018	2017
Prêmios não ganhos	32.194	27.928
Sinistros a liquidar - administrativo	10.078	3.898
Sinistros a liquidar - judicial	1.367	267
Sinistros a liquidar - judicial DPVAT	8.898	1.010
Sinistros a liquidar - judicial DPVAT	6.376	402
Sinistros ocorridos mas não avisados	4.037	795
Sinistros ocorridos mas não avisados DPVAT	51.140	7.242
Provisão de despesas relacionadas	19	640
Outras provisões	331	411
Total	114.440	42.054

(*) Informações da controlada:

Ativos Totais

	2018	2017
Ativos Totais	5.965	4.770
Passivos Totais	302	429
Receitas Totais	6.871	7.003
Despesas Totais	5.550	5.718
Capital Social	7.004	7.004
Resultado Acumulado	(1.341)	(2.662)
Patrimônio Líquido	5.663	4.342
Lucro Líquido no exercício	1.321	1.285

Investimento em controlada

	2018	2017
CESCE Brasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	1.321	5.663
Total	1.321	5.663

Investimento em controlada

	2018	2017
CESCE Brasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda.	1.285	4.342
Total	1.285	4.342

13. Imobilizado:

	2018	2017
Equipamentos	1.123	13
Instalações	279	43
Móveis, Máquinas e Utensílios	430	11
Veículos	146	1
Benfeitoria em Imóvel de Terceiros	785	85
Total	2.763	153

14. Intangível:

	2018	2017
Amortização - Direito de uso	(504)	(126)
Amortização - Desenvolvimento de Programas	(234)	—
Total	(738)	(126)

15. Obrigações a pagar:

	2018	2017
Forneecedores	347	476
Participação nos lucros a pagar	255	294
Serviços de terceiros	2.697	2.569
Total	3.299	3.339

16. Impostos e contribuições a pagar:

	2018	2017
PIS e COFINS	97	38
Total	97	38

17. Corretores de seguros e resseguros:

	2018	2017
Comissões sobre prêmios emitidos - direto	3.589	2.766
Total	3.589	2.766

18. Depósitos de terceiros:

	2018	2017
Prêmios e Emolumentos Recebidos	48	48
Total	48	48

19. Provisões técnicas:

	2018	2017
Prêmios não ganhos	2.696	—
Sinistros a liquidar - administrativos	—	192
Sinistros a liquidar - judiciais	30.533	166
Concessões públicas	—	35
Crédito interno	11.169	15
Crédito à exportação	4.921	2
DPVAT	(7.060)	—
Total	49.319	410

20. Provisões de prêmios não ganhos:

	2018	2017
Garantia de operações privadas	1.949	1.312
Garantia de operações públicas	30.272	19.838
Crédito interno	6.671	5.326
Crédito à exportação	3.214	2.554
Total	42.107	29.030

21. Provisões de despesas relacionadas:

	2018	2017
Garantia de operações privadas	1.663	1.109
Garantia de operações públicas	14.051	9.401
Crédito interno	8.649	7.002
Crédito à exportação	1.656	1.319
Total	26.019	18.831

22. Outras provisões:

	2018	2017
Provisão de despesas relacionadas	19	640
Outras provisões	331	411
Total	350	1.051

23. Movimentação:

	2018	2017
Prêmios não ganhos	32.194	27.928
Sinistros a liquidar - administrativo		

☆ continuação

a. Provisões técnicas - PSL Judicial: As contingências passivas relacionadas a sinistros em discussão judicial estão provisionadas com base nos pareceres de nossos consultores jurídicos externos e foram constituídas provisões para garantir eventuais perdas com estas ações e estão registradas na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar".

2018						
Ramos	Em até 4 anos	Quantidade	Mais de 5 anos	Quantidade	Total	Quantidade
Garantia de operações privadas	-	1	-	1	-	2
Garantia de operações públicas	290	7	585	12	875	19
Garantia de concessões públicas	-	-	358	1	358	1
Crédito interno	16	1	-	-	16	1
Crédito à exportação	-	-	-	3	-	3
DPVAT	5.060	2.299	638	244	5.698	2.543
Total	5.367	2.308	1.580	242	6.974	2.569

b. Desenvolvimento de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a evolução da tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulados brutos e líquidas de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Bruto de Resseguro - Administrativos												
Antes de	Dezem- (+) IBNR bro/2010	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/18	Total
- Até a data-base	2.404	1.391	13.122	16.837	13.477	22.868	28.672	24.143	21.029			
- 1 ano mais tarde	504	4.649	9.453	7.419	13.448	18.698	24.012	23.157				
- 2 anos mais tarde	476	16.108	9.526	6.922	12.990	18.502	23.797					
- 3 anos mais tarde	436	13.906	9.526	6.887	12.871	18.519						
- 4 anos mais tarde	436	14.133	9.584	6.887	12.871							
- 5 anos mais tarde	355	14.120	9.588	6.887								
- 6 anos mais tarde	355	14.123	9.588									
- 7 anos mais tarde	355	14.125										
- 8 anos mais tarde	355											
Posição em 31/12/18	355	14.125	9.588	6.887	12.871	18.519	23.797	23.157	21.029			
Pago acumulado	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/18		
- Até a data-base	(334)	(260)	(7.582)	(2.086)	(3.454)	(12.225)	(12.767)	(11.309)	(8.268)			
- 1 ano mais tarde	(365)	(751)	(8.763)	(6.921)	(9.511)	(18.142)	(23.679)	(23.279)				
- 2 anos mais tarde	(365)	(5.361)	(8.898)	(6.921)	(13.349)	(18.202)	(23.770)					
- 3 anos mais tarde	(365)	(5.423)	(8.899)	(6.921)	(13.353)	(18.232)						
- 4 anos mais tarde	(365)	(14.089)	(8.899)	(6.921)	(13.353)							
- 5 anos mais tarde	(365)	(14.090)	(8.899)	(6.921)								
- 6 anos mais tarde	(365)	(14.125)	(8.899)									
- 7 anos mais tarde	(368)	(14.128)										
- 8 anos mais tarde	(368)											
Posição em 31/12/18	(368)	(14.128)	(8.899)	(6.921)	(13.353)	(18.232)	(23.770)	(23.279)	(8.268)			
Atualização monetária e juros	13	3	-	34	482	(287)	(27)	123	-			
Provisão de sinistros em 31/12/18	302	-	-	688	-	-	-	-	-	12.761	13.751	
Sobra/Falta acumulada (R\$)	2.049	(12.734)	3.534	9.950	606	4.349	4.875	986				
Sobra/Falta acumulada (%)	577,91%	-90,15%	36,86%	144,48%	4,71%	23,48%	20,48%	4,26%				

Líquido de Resseguro - Administrativos												
Antes de	Dezem- (+) IBNR bro/2010	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/18	Total
- Até a data-base	373	179	2.181	2.740	2.735	3.826	8.496	7.232	7.370			
- 1 ano mais tarde	88	797	1.435	1.375	2.493	3.091	7.028	6.950				
- 2 anos mais tarde	99	1.687	1.430	1.308	2.441	3.047	6.963					
- 3 anos mais tarde	73	1.592	1.430	1.276	2.417	3.050						
- 4 anos mais tarde	73	1.606	1.441	1.181	2.417							
- 5 anos mais tarde	59	1.603	1.442	1.181								
- 6 anos mais tarde	59	1.604										
- 7 anos mais tarde	59	1.604										
- 8 anos mais tarde	59											
Posição em 31/12/18	59	1.604	1.442	1.181	2.417	3.050	6.963	6.950	7.370			
Pago acumulado	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/18		
- Até a data-base	(61)	(30)	(1.099)	(415)	(681)	(1.260)	(3.685)	(3.393)	(2.645)			
- 1 ano mais tarde	(62)	(128)	(1.332)	(1.274)	(1.742)	(2.948)	(6.929)	(6.989)				
- 2 anos mais tarde	(62)	(1.047)	(1.357)	(1.274)	(2.502)	(2.965)	(6.956)					
- 3 anos mais tarde	(62)	(1.052)	(1.357)	(1.274)	(2.503)	(2.971)						
- 4 anos mais tarde	(62)	(1.601)	(1.357)	(1.179)	(2.503)							
- 5 anos mais tarde	(62)	(1.601)	(1.358)	(1.179)								
- 6 anos mais tarde	(62)	(1.605)	(1.358)									
- 7 anos mais tarde	(62)	(1.606)										
- 8 anos mais tarde	(62)											
Posição em 31/12/2018	(62)	(1.606)	(1.358)	(1.179)	(2.503)	(2.971)	(6.956)	(6.989)	(2.645)			
Atualização monetária e juros	3	1	21	(2)	86	(79)	(8)	39	-			
Provisão de sinistros em 31/12/18	242	-	-	105	-	-	-	-	-	4.725	5.072	
Sobra/Falta acumulada (R\$)	314	(1.425)	739	1.559	318	776	1.532	282				
Sobra/Falta acumulada (%)	533,95%	-88,81%	51,21%	132,03%	13,14%	25,46%	22,01%	4,05%				

Líquido de Resseguro - Judiciais												
Antes de	Dezem- (+) IBNR bro/2010	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/18	Total
- Até a data-base	-	-	41	-	-	-	61	245	-	56		
- 1 ano mais tarde	85	14	84	105	92	209	245	-				
- 2 anos mais tarde	85	229	194	111	148	219	329					
- 3 anos mais tarde	160	412	195	126	160	247						
- 4 anos mais tarde	160	420	117	126	194							
- 5 anos mais tarde	160	429	99	160								
- 6 anos mais tarde	160	405	32									
- 7 anos mais tarde	160	467										
- 8 anos mais tarde	160											
Posição em 31/12/18	160	467	32	160	194	247	329	-	-	56		
Pago acumulado	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/18		
- Até a data-base	-	-	(41)	-	-	(10)	(49)	-	(9)			
- 1 ano mais tarde	(25)	(14)	(41)	(15)	(53)	(165)	(49)	-				
- 2 anos mais tarde	(26)	(41)	(72)	(19)	(108)	(172)	(49)					
- 3 anos mais tarde	(171)	(42)	(72)	(30)	(120)	(186)						
- 4 anos mais tarde	(171)	(45)	(72)	(30)	(123)							
- 5 anos mais tarde	(171)	(45)	(82)	(30)								
- 6 anos mais tarde	(171)	(586)	(85)									
- 7 anos mais tarde	(171)	(586)										
- 8 anos mais tarde	(171)											
Posição em 31/12/18	(171)	(586)	(85)	(30)	(123)	(186)	(49)	-	(9)			
Atualização monetária e juros	11	512	71	90	37	(44)	64	-	-			
Provisão de sinistros em 31/12/18	495	-	393	18	220	109	17	344	-	47	1.643	
Sobra/Falta acumulada (R\$)	(160)	(467)	9	(160)	(194)	(186)	(84)	-				
Sobra/Falta acumulada (%)	-100,00%	-100,00%	27,29%	-100,00%	-100,00%	-75,37%	-25,53%	0,00%				

Líquido de Resseguro - Judiciais												
Antes de	Dezem- (+) IBNR bro/2010	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18	Dezem- bro/18	Total
- Até a data-base	-	-	10	-	-	-	12	35	-	14		
- 1 ano mais tarde	25	5	10	15	13	42	35	-				
- 2 anos mais tarde	25	48	80	(29)	22	44	47					
- 3 anos mais tarde	37	73	80	(19)	24	49						
- 4 anos mais tarde	37	74	52	(19)	29							
- 5 anos mais tarde	37	97	27	(15)								
- 6 anos mais tarde	37	52	18									
- 7 anos mais tarde	37	65										
- 8 anos mais tarde	37											
Posição em 31/12/18	37	65	18	(15)	29	49	47	0	14			

Pago acumulado	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/18
- Até a data-base	-	-	(10)	-	-	(2)	(8)	-	(2)
- 1 ano mais tarde	(17)	(5)	(10)	(2)	(7)	(32)	(8)	-	

—☆ continuação

operações da Seguradora, quando aplicável, consoante a Lei 6.404/76. **c. Patrimônio líquido ajustado:** Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações pela Resolução CNSP nº 343/16, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	20.287
Participações societárias	(5.663)
Ativos intangíveis	(137)
Obras de arte	(4)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	14.483
Capital Base - (I)	15.000
Capital Adicional - Risco de Subscrição	4.014
Capital Adicional - Risco de Crédito	691
Capital Adicional - Risco de Mercado	798
Capital Adicional - Risco Operacional	533
Benefícios da diversificação/correlação entre os riscos	(826)
Capital de Risco (II)	5.210
Capital Mínimo Requerido - CMR - (Maior entre I e II)	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	(517)
Total de ativos garantidores (IV)	28.086
Total de provisões técnicas a ser coberta (V)	25.235
Ativos líquidos (VI) = (IV-V)	2.852
Índice de liquidez = (VI/II)	55%

Conforme estabelece a legislação vigente, Resolução CNSP nº 321 de 2015 e suas alterações, no que diz respeito aos cálculos e regras para os Capitais de Risco (riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado) para obtenção do Capital Base-CB, do Capital Mínimo Requerido-CMR para as operações de seguros e cálculos para obtenção do Patrimônio Líquido Ajustado-PLA a Companhia tem como parâmetro R\$ 15,0 milhões de reais como Capital Mínimo Requerido para operar em todos os Estados Brasileiros. Em 31/12/18, a Companhia apresentou uma insuficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) nos termos estabelecidos na regulamentar em vigor. Tão logo constatado esse fato, a Administração levou-o ao conhecimento da SUSEP e elaborou um Plano de Recuperação de Solvência (PRS). Em 24/01/19, a Companhia recebeu Ofício SUSEP com o apontamento da insuficiência da PLA e da necessidade de elaboração do PRS. Em 25/02/19, a Companhia protocolou junto à SUSEP o Plano de Recuperação de Solvência (PRS), o qual encontra-se sob análise desta Autarquia. O plano considera o ingresso de recursos financeiros, a ser realizado até abril de 2019, no montante de R\$ 3 milhões oriundo da redução de capital de sua participação no capital social da subsidiária integral CESCEBrasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda., o que reestabelece o equilíbrio do PLA da Companhia em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR). Além disso, pode-se observar que a Companhia apresentou índice de liquidez acima do requerido pela regulamentação em vigor. **22. Detalhamento das contas da demonstração do resultado: a. Prêmios emitidos líquidos:**

Ramos	2018	2017
Garantia operações privadas	1.956	1.688
Garantia obrigações públicas	24.186	7.912
Crédito doméstico risco comercial	23.473	22.647
Crédito à exportação	9.451	3.310
Convênio DPVAT	16.929	20.885
Total	75.996	56.442

b. Prêmio ganho:

Ramos	2018	2017
Garantia operações privadas	1.448	1.960
Garantia obrigações públicas	7.827	4.431
Crédito doméstico risco comercial	25.960	23.565
Crédito à exportação	6.715	5.749
Convênio DPVAT	16.859	20.795
Total	58.810	56.500

c. Sinistros ocorridos:

			Índice de	
Ramos	2018	2017	sinistralidade %	2018 2017
Garantia operações privadas	(85)	115	6%	-6%
Garantia obrigações públicas	(281)	(179)	4%	4%
Garantia de concessões públicas	(62)	-	0%	0%
Garantia judicial	-	2	0%	0%
Crédito doméstico risco comercial	(9.125)	(11.581)	35%	49%
Crédito à exportação	(4.083)	(2.181)	61%	38%
Convênio DPVAT	(13.715)	(17.572)	81%	84%
Total	(27.351)	(31.396)	47%	56%

Conselho de Administração			Diretoria		
José Américo Peón de Sá	Jaime de Miguel Muñoz	Rafael Garcia Sanz	Cristina Rocco Salazar	João Carlos Ramos Junior	
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiro	Diretora-Presidente	Diretor	

Aos Acionistas e Administradores da **CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.** São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e do limite de retenção no montante de R\$ 823 mil, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$ 16.464 mil (em 30 de junho de 2018) e R\$ 14.483 mil (em 31 de dezembro de 2018), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princí-

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais
 Conforme descrito na Nota Explicativa 21c às demonstrações financeiras, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2018 está insuficiente em relação ao capital mínimo requerido nos termos da regulamentação vigente. Em decorrência, em 25 de fevereiro de 2019, a Administração da Seguradora submeteu à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, o Plano de Regulação de Solvência - PRS. A principal ação prevista no plano está mencionada na nota explicativa 21c e considera a entrada de recursos financeiros que reestabeleça o equilíbrio do PLA da Companhia em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR). Esse plano encontra-se sob apreciação do órgão regulador. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Administração pelas demonstrações financeiras individuais:** A

d. Custos de aquisição:

			Índice de	
Ramos	2018	2017	comercialização %	2018 2017
Garantia operações privadas	(276)	(267)	19%	14%
Garantia obrigações públicas	(1.028)	(603)	13%	14%
Crédito doméstico risco comercial	(3.303)	(3.195)	13%	14%
Crédito à exportação	(810)	(630)	12%	11%
Convênio DPVAT	(203)	(246)	1%	1%
Total	(5.620)	(4.941)	10%	9%

e. Outras receitas (despesas) operacionais:

Descrição	2018	2017
Despesas DPVAT	(1.891)	(2.219)
Despesas com inspeção e análise de risco	(1.617)	(1.958)
Processos cíveis - operacionais	(26)	(105)
Variação da provisão para perdas (PDD)	12	189
Outras	60	(125)
Total	(3.462)	(4.219)

Resultado com resseguro: f. Receita com resseguro:

Ramos	2018	2017
Garantia operações privadas	176	(37)
Garantia obrigações públicas	759	338
Garantia de concessões públicas	49	-
Garantia judicial	-	(1)
Crédito doméstico risco comercial	10.457	11.923
Crédito à exportação	3.740	2.471
Total	15.181	14.694

g. Despesa com resseguro:

Ramos	2018	2017
Garantia operações privadas	(825)	(1.231)
Garantia obrigações públicas	(4.769)	(2.669)
Crédito doméstico risco comercial	(15.651)	(15.052)
Crédito à exportação	(4.343)	(3.344)
Outros	(1.628)	(1.272)
Total	(27.216)	(23.568)

Total do resultado com resseguro

h. Despesas administrativas:	2018	2017
Despesas com pessoal próprio	(6.715)	(7.650)
Despesas com serviço de terceiros	(4.007)	(3.023)
Despesas com localização e funcionamento	(2.024)	(2.192)
Despesas com publicação	(87)	(71)
Despesas com propaganda e publicidade	(123)	(77)
Despesas administrativas convênio DPVAT	(2.000)	(1.399)
Despesas administrativas diversas	62	557
Total	(14.894)	(13.855)

i. Despesas com tributos:

PIS e COFINS	2018	2017
Taxa de fiscalização	(1.459)	(810)
Outros	(399)	(289)
Total	(1.858)	(1.100)

j. Resultado financeiro: Receitas financeiras:

Receitas com títulos renda fixa públicos	2018	2017
Receitas com títulos renda fixa privados	1.561	2.406
Receitas com fundos de investimentos - DPVAT	169	414
Receitas com operações de seguros	4.083	5.866
Outras receitas financeiras	1.875	6.165
Total	693	262

Despesas financeiras:

Despesas com operações de seguros e resseguros	2018	2017
IOF	(6.025)	(12.484)
Outras despesas financeiras	(19)	(52)
Total	(158)	(28)

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2.179	2.549
-----------------------------	--------------	--------------

k. Resultado patrimonial:

Resultado com equivalência patrimonial CESCE Serviços	2018	2017
Recebimento de dividendos - DPVAT	1.321	1.285
Total	142	7

23. Reconciliação do IR e CS corrente:

	2018	2017
Resultado antes dos impostos e participações	IR	CS
Participação sobre o resultado	(926)	(926)
Equivalência patrimonial	(166)	(166)
Outras exclusões	(1.463)	(1.463)
Base de cálculo	(2.478)	(4.225)
Alíquota 15% e 20%	-	-
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 240 mil)	-	-

Durante os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, a Companhia apuro prejuízo fiscal de IR de R\$ 2.479 (R\$ 4.225 em 31/12/2017) e base negativa de CS de R\$ 2.479 (R\$ 4.225 em 31/12/2017). O saldo acumulado em 31/12/2018 de prejuízo fiscal é R\$ 35.879 (R\$ 33.401 em 31/12/2017) e Base negativa de R\$ 37.631 (R\$ 35.152 em 31/12/2017). Esses créditos não estão registrados pelo fato da Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS sobre o lucro em pelo menos, 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme circular 544/16. **24. Benefícios a empregados:** A Seguradora possui benefícios de curto prazo a empregados tais como: vale-alimentação e refeição, assistência médica e odontológica, seguro de vida, auxílio bolsa de estudo para graduação e pós-graduação.

25. Partes relacionadas:

A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários. **25. Partes relacionadas:** A administração considera como partes relacionadas às operações com CESCEBrasil Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - "Cesce Serviços", seus diretores, demais membros-chave da diretoria e seus familiares e serviços compartilhados com a CIAC (Consorcio Internacional de Asseguradores de Crédito) em sua maior parte de pessoal e sistemas. A Seguradora compartilha com a sua controlada "Cesce Serviços" parte da estrutura operacional e administrativa, as despesas desse compartilhamento são originadas de acordo com critérios de rateio estabelecidos pela Administração. Adicionalmente a "Cesce Serviços" presta serviços de análise de crédito e monitoramento aos seus clientes. A movimentação de tais transações está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldos Movimentos	Ativo	Receitas
(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)

	2018	2017
Saldos Movimentos	Ativo	Receitas
(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)

a. Remuneração pessoal-chave da administração:

O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 31/12/2018 o montante de R\$ 1.036 mil (em 31/12/2017 R\$ 1.009). **26. Outras informações: Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor pela SUSEP: CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9):** Dentre as normas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **IFRS 17 Contratos de Seguro:** A IFRS 17 Contratos de Seguro foi publicada em maio de 2017 e estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Estas informações fornecem a base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos dentro do alcance da IFRS 17 têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A IFRS 17 é vigente para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1º/01/2022.

Contador: João Carlos Ramos Junior - Contador - CRC 1SP206118/O-7

Atuário Responsável Técnico: Ricardo César Pessoa - MIBA 1076

sinistros, da solvência e dos limites de retenção no montante de R\$ 823 mil, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$ 16.464 mil (em 30 de junho de 2018) e R\$ 14.483 mil (em 31 de dezembro de 2018), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia anteriormente referidas em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21.c às demonstrações financeiras, que descreve o Plano de Recuperação de Solvência - PRS, submetido pela Companhia à SUSEP em 25 de fevereiro de 2019, que descreve a forma de restabelecimento do equilíbrio financeiro do PLA da Companhia em relação ao CMR - Capital Mínimo Requerido, visto que hoje está insuficiente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 28 de fevereiro de 2019. **Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. - CNPJ 02.189.924/0001-03 - CIBA 45. João Batista da Costa Pinto - MIBA 944.**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais
 Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

continua ☆



☆ **continuação** individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controlada a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o

conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. **KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6; Érika Carvalho Ramos - Contadora CRC 1SP224130/O-0.**

Arteris

Autovias

Autovias S.A.

CNPJ/MF nº 02.679.185/0001-38

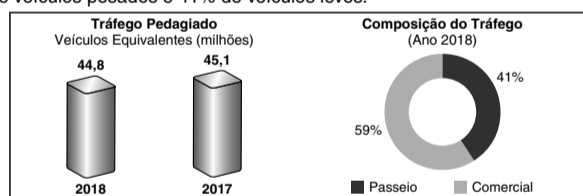
Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autovias S.A. ("Companhia" ou "Autovias") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31.12.2018. **Contexto do Negócio e Atividade:** A Companhia iniciou suas operações em 01.09.1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-255 Rod. Antônio Machado Sant'anna (Ribeirão Preto – Entroncamento com a SP-328 – Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara – Entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão – Entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca – Entroncamento com a SP-334 e Itirapuí), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto – entroncamento com a SP-334) e SP-334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto – Entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação; e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/14 de 16.01.2015, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 3 meses e 19 dias, sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19.12.2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, em caso de nova hipótese de desequilíbrio contratual. Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

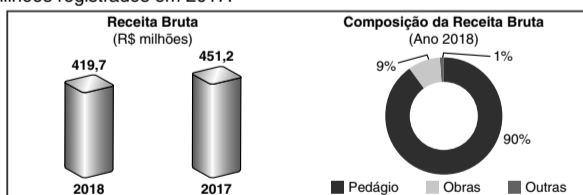
Nome da praça	Localização	Tarifa (R\$)
São Simão	SP 330/Km 281	7,30
Batatais	SP 334/Km 344	9,30
Guataparã	SP 255/Km 45,5	14,30
Restinga	SP 334/Km 374,5	9,30
Santa Rita do Passa Quatro	SP 330/Km 253	7,30

Eventos Relevantes: A Autovias teve reconhecido no Diário Oficial publicado em 09.10.2018, a aprovação do Termo Aditivo Modificativo Nº 20/18 assinado em 14.12.2018, indicando a modalidade por prorrogação de prazo para fins de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. Trata-se do reequilíbrio do processo 021.631/2016 referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01.07.2013 a 30.06.2017, perfazendo um total de 38 dias à contar da data de 20.12.2018, dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 26.01.2019. Em janeiro de 2019, foi reconhecido pela ARTESP o reequilíbrio contratual adicional referente a obra de remodelação do dispositivo do km 307, pleito discutido no TAM 19/14, com direito a extensão de prazo de 65 (sessenta e cinco) dias à contar de 26.01.2019, dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 01.04.2019.

Desempenho Econômico-Financeiro – Tráfego: O tráfego pedagiado registrou 44,8 milhões veículos equivalentes em 2018, uma queda de 0,50%, se comparado em relação a exercício de 2017. A leve queda foi impactada principalmente pela paralisação dos caminhoneiros no 1º Semestre e a isenção de cobrança de eixo suspenso. A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2018 foi de 59% de veículos pesados e 41% de veículos leves.



Receita: A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$419,7 milhões em 2018, resultando em uma redução de 7,0% em relação aos R\$451,2 milhões registrados em 2017.



A receita de pedágio teve um crescimento de 1,9%, passando de R\$372,3 milhões em 2017 para R\$379,5 milhões em 2018, justificado pelo reajuste das tarifas básicas praticadas em 2,85% a partir de 01 de Julho 2018, com base na evolução do IGPM entre os meses de junho de 2017 e maio de 2018. As receitas de obras, provenientes da realização de investimentos no intangível, reduziram R\$37,3 milhões em 2018, passando de R\$74,8 milhões para R\$37,5 milhões quando comparada a 2017. A justificativa para tal redução devida a conclusão das obras de duplicação na rodovia SP-345. A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,7 milhões em 2018 representando redução de 32,7% em comparação a 2017. No exercício de 2018 houve redução de receitas pela passagem de cargas especiais tais como transformadores referentes à construção de usina na cidade de Cristais Paulista, que ocorreu em 2017. No ano de 2018, a Companhia obteve receita líquida de R\$386,5 milhões, R\$32,0 milhões inferior ao ano de 2017, justificadas pelas informações já citadas.

Custos e Despesas: R\$ milhões	2018	2017	Varição
Custo dos serviços de construção	(37,5)	(74,8)	-49,9%
Serviços de terceiros	(15,5)	(14,5)	6,9%
Pessoal	(24,2)	(22,0)	10,0%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(72,4)	(40,0)	81,0%
Conservação	(10,6)	(10,7)	-0,9%
Custos com poder concedente	(5,7)	(5,6)	1,8%
Seguros e garantias	(1,7)	(1,7)	0,0%
Remuneração da Administração	(2,2)	(1,7)	29,4%
Consumo	(4,5)	(5,4)	-16,7%
Outros	(9,6)	(14,6)	-34,2%
Custos e despesas	(183,9)	(191,2)	-3,8%

Os custos e despesas totais (excluindo depreciações e amortizações), em 2018 tiveram redução de R\$ 7,3 milhões (3,8%) em comparação ao exercício de 2017. A variação é justificada pelos seguintes fatores: • Redução de R\$37,3 milhões com os "Custos de Serviços de Construção" devido à conclusão das obras de duplicação na rodovia SP-345; • Aumento de R\$2,2 milhões no grupo de Pessoal esta rubrica foi impactada principalmente pelo efeito calendário, devido ao efeito da data-base de reajuste (salariais, Plano de Saúde, transportes e demais benefícios), e aumento de quadro para atendimento operacional. • Realização a Maior na rubrica de Provisão para Manutenção em rodovias, rubrica impactada pelo cronograma de intervenções de manutenção das rodovias pertencentes da malha concedida. • Redução no Grupo Outros devido à variação em provisões de riscos judiciais por consequência de movimentação de processos, atualização de valores de franquia e atualização de prognósticos. Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado	2018	2017	Varição
R\$ milhões			
Receita líquida	386,5	418,5	-7,6%
(-) Custos e despesas (excluindo depreciação e amortização)	(183,9)	(191,2)	-3,8%
EBITDA 1	202,6	227,4	-10,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	72,4	40,0	81,0%
EBITDA Ajustado 2	275,0	267,4	2,8%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): Medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. **2** Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro. O EBITDA encerrou o ano de 2018 em R\$202,6 milhões, com uma redução de 10,9% em relação ao ano anterior. Essa variação foi gerada devido pela redução da receita líquida, que foi impactado pelos efeitos já mencionado acima. O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2018 em R\$275,0 milhões, com um aumento de 2,8% em relação ao ano anterior. Essa variação foi gerada devido pela redução dos custos e despesas como já mencionado acima.

Resultado Financeiro: R\$ milhões	2018	2017	Varição
Receitas Financeiras	11,4	24,1	-52,7%
Despesas Financeiras	(7,5)	(24,6)	-69,5%
Resultado Financeiro Líquido	3,9	(0,5)	880,0%

O resultado financeiro líquido de 2018 foi de R\$3,9 milhões, 880,0% maior em relação ao ano de 2017. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram: • As receitas financeiras apresentaram uma redução de 52,7%, que correspondeu a R\$12,7 milhões. Variação refere-se à queda da receita financeira proveniente dos juros dos contratos de mútuo, devido aos pagamentos observados no período frente à necessidade de caixa e devido aos juros incidentes sobre aplicações financeiras vinculada, cujo resgate total ocorreu em 2017; • As despesas financeiras sofreram redução de R\$17,1 milhões (69,5%) em consequência da liquidação do contrato da 4ª emissão de debêntures em setembro de 2018.

Lucro Líquido: A Companhia encerrou o exercício de 2018 com uma retração de R\$86,3 milhões em seu lucro líquido quando comparado aos R\$88,1 milhões do ano anterior. Este resultado se deu principalmente em função do aumento de efeitos não caixa, como a depreciação/amortização devido às obras que entraram em operação nos últimos 12 meses principalmente a obra de duplicação da SP345 e SP318, e de Provisão para Manutenção em rodovias, conforme já mencionado.



Endividamento: R\$ milhões	2018	2017	Var.
Dívida Bruta	-	100,2	-
Curto Prazo	-	100,2	-
Longo Prazo	-	-	-
Disponibilidades e aplicações financeiras 1	(15,2)	(20,1)	-24,3%
Dívida Líquida	0,0	80,1	-

1 Curto e longo prazo. Em 31.12.2018, a Companhia não possuía endividamento devido a liquidação de suas Debentures Públicas que ocorreu em setembro de 2018. **Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Durante o ano de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao exercício findo em 2017, que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição dos mesmos segue abaixo representada:

Trimestre	Proventos em Dinheiro	em	Valor em (x mil)
1TRI	Juros sobre capital Próprio	10.04.2018	23.04.2018 13.462
1TRI	Dividendo Adicional Proposto	10.04.2018	23.04.2018 66.076
1TRI	Dividendo Obrigatório	10.04.2018	23.04.2018 8.563

Investimentos: Foi concluída em dezembro de 2016, a duplicação de 2,1 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 241 e 243,1 com 1 Trevo em Desnível e 1 Passarela, no município de São Carlos. Foi iniciada em março de 2016 a Duplicação da Rodovia SP-345 entre os municípios de Itirapuí/SP e Patrocínio Paulista/SP numa extensão de 9,5 quilômetros com a implantação de 3 trevos e 1 Ponte sobre o Rio Sapucaizinho, que encontra-se concluída desde outubro de 2017. **Recursos Humanos:** A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade:

	2018	2017
Empregos diretos	263	280
Índice de rotatividade	2,93%	1,92%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de 58,2% de mulheres, contra 41,8% de homens. A média de idade está concentrada em 34 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (Antigo Segundo Grau), com 79% dos profissionais. Vale mencionar que 19% possuem superior completo. Ao longo de 2018, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 1.395 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 7:09 horas de treinamento por profissional. **Responsabilidade Social e Ambiental – Sustentabilidade:** A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação esteja atrelada a um planejamento estratégico alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação. Nesse contexto, a Arteris trabalha cinco pilares estratégicos que visam orientar o planejamento da companhia. São eles: integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, e relações e diálogo. Além disso, o Grupo possui outros dois temas transversais que permeiam todos os pilares: ação social e tecnologia e inovação. **Integridade:** A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência. Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é uma premissa que vai além de gerar uma boa reputação para a companhia. Ela é princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance. Nesse contexto, em 2018, a Arteris e todas as empresas pertencentes ao Grupo aderiram ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos. Ao assinar o Pacto, o Grupo assumiu o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, a fim de que ela seja cumprida em sua totalidade. Além disso, se comprometeu a impedir qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário. **Crescimento e Rentabilidade:** Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor. Oferecer serviços com excelência aos usuários e buscar projetos rentáveis para o Grupo e seus acionistas são as premissas que norteiam esse pilar e todas as iniciativas da companhia. Além disso, a Arteris é comprometida com os cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por suas operações. Ano a ano, os investimentos do Grupo em infraestrutura, excelência operacional, campanhas de conscientização e comunicação vêm contribuindo para transformar a realidade das rodovias concedidas, aprimorando continuamente suas condições de tráfego, comodidade e segurança, ao mesmo tempo em que favorecem para o crescimento sustentável do negócio do ponto de vista financeiro. **Pessoas:** A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas voltados para sustentabilidade estão entre as prioridades estratégicas da companhia. Adicionalmente, a empresa trabalha constantemente para conectar o desenvolvimento de seus profissionais com ações de voluntariado. O programa de voluntários do Grupo oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de praticarem a cidadania, em linha com os valores da companhia. **Segurança:** O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade. Quando se fala de sustentabilidade, a Arteris acredita que a segurança reflete o impacto positivo do negócio para a sociedade, seja por meio da excelência da operação, seja pela transformação no comportamento provocada pelas campanhas e programas da companhia voltados para educação no trânsito. A Arteris está comprometida com a meta da "Década de Ação pela Segurança no Trânsito", da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Até o momento, o Grupo já reduziu em 46% o total de fatalidades em suas rodovias no período de 2011 a 2018. Iniciativas como essa reforçam o comprometimento do Grupo em ser referência em segurança não só nas rodovias que administra, mas também no contexto de segurança do trabalho. **Relações e Diálogo:** A Arteris é uma empresa engajada em propor e promover discussões públicas sobre temas estratégicos do negócio e do setor como um todo. Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de novas oportunidades. **Inovação e tecnologia:** Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor. **Ação Social:** Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros. Atualmente, a Arteris conta com o Projeto Escola, que, há 17 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação. Além disso, o Grupo também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança junto a públicos estratégicos para a redução de acidentes, iniciativas voltadas para saúde e bem estar, e apoio a projetos culturais, sociais e esportivos, com o objetivo de promover inclusão social. **Agradecimentos:** A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados. **Considerações Finais – Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31.12.2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. **Declaração da Diretoria:** Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 07.12.2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2018. Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2019. **A Administração** continua...